



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
LUIZ CLÁUDIO DE
ALMEIDA ABREU



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR LUIZ CLÁUDIO DE ALMEIDA ABREU AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDFT

Natural de Muriaé – Minas Gerais, nascido aos 18 de junho de 1936, filho de Aristóteles Abreu e de Ruth de Almeida, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. De 1962-1970 foi Oficial Instrutivo e Assistente de Ministro no Tribunal de Contas do Distrito Federal, Defensor Público, Promotor Substituto e Promotor Público, em Substituição, do Ministério Público do Distrito Federal. Em 1973 foi Juiz Substituto da Justiça do Distrito Federal; no ano seguinte, Juiz de Direito. Foi Juiz da 1ª Zona Eleitoral de Brasília e membro do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Em 1982 tomou posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal para o biênio 1988-1990, e Vice-Presidente do TJDFT para o biênio 1990-1992, assumindo a Presidência do TJDFT no

biênio 1992/1994, em substituição ao Desembargador José Manoel Coelho, que faleceu durante o exercício da presidência. Luiz Cláudio de Almeida Abreu exerceu outras atividades das quais se destacam: Advogado no Distrito Federal, Professor de Direito Civil e Comercial na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal; Integrante de Banca Examinadora dos concursos públicos para datilógrafo e oficial instrutivo do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Juiz Substituto da Justiça do Distrito Federal e Territórios; Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal. Foi também participante e Expositor de Temas de Direito em diversos Congressos, Seminários, Encontros de Magistrados, realizados em vários Estados da Federação. Aposentado do cargo de Desembargador em 27/09/1996

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Hoje vamos dar continuidade às entrevistas que estão compondo uma das facetas do Projeto Memória. Esse Projeto Memória, Desembargador Luiz Cláudio, eu reputo de grande importância, porque ele é uma tentativa de resgatar um pouco da história da Justiça do Distrito Federal. E as pessoas que participaram da Justiça do Distrito Federal têm a sua história. Se nós conseguirmos buscar a história dessas pessoas, faremos a história da instituição. Então, o que a gente quer é isso: é ver a contribuição que cada um deu, para, então, resgatar a história da instituição. O nosso entrevistador oficial é o Dr. Rios, que sempre inicia a entrevista perguntando a respeito das lembranças que o entrevistado tem da fase do concurso, da fase em que foi juiz substituto. Então, queria iniciar com essa pergunta, que, naturalmente, o Desembargador nos contasse alguma coisa dessa fase.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Essa fase inicial do concurso me faz rememorar a minha chegada a Brasília. Eu me formei em 1961 e logo em seguida vim para Brasília, vim para trabalhar no Tribunal de Contas do Distrito Federal e também dar os primeiros passos na advocacia. Então, é como aquele despachante de escritório, aquele principiante, estagiário já formado, mas estagiário que leva as petições ao foro. Essa minha estada em Brasília coincidiu com a vinda de vários colegas de Minas Gerais, que acabaram se notabilizando em Brasília nessa área jurídica, no Judiciário, no Ministério Público. Eu citaria, correndo o risco de esquecer alguém, alguns dos quais eu estive muito próximo e nos quais me espelhei também profissionalmente, porque não dizer, José Paulo Pertence; Eduardo Ribeiro; José Guilherme Villela; Maria Carmem; José Gerardo Grossi, o Lincoln Magalhães da Rocha que fez concurso aqui no Distrito também. Enfim,

éramos uma plêiade de recém-formados em Direito, que estávamos iniciando a vida aqui no Distrito Federal. Alguns já mais avançados na área do Direito, como o José Paulo, o Eduardo, o José Guilherme, fizeram concurso mais cedo. Tendo em vista a experiência deles e o exemplo, sobretudo, de pessoas com quem eu convivía cotidianamente, eu me orientei por essa área jurídica. Depois de alguns anos no Tribunal de Contas, eu fiz o concurso para o Ministério Público, foi um concurso longo. Aliás, nós somos colegas nesse concurso, não é?

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É verdade.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Foi um concurso muito longo e difícil.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Os concursos, naquela época, eram longos, e também tínhamos que esperar muito tempo para a nomeação.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Exatamente. Nós levamos oito meses para sermos nomeados em função de consulta ao SNI, pesquisa e outras coisas. Estávamos naqueles tempos difíceis do regime forte, não é? Bom, é também interessante lembrar que os concursos eram muitos espaçados. O Ministério Público, que eu me lembre, fez um concurso logo no início de Brasília, em 1960, eu nem estava por aqui, depois, outro em 1963, em que Eduardo, José Paulo, Grossi e outros mais, a turma mais antiga, entraram. Depois disso, só o nosso, de 1971.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

De 1970 para 1971.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Exatamente. Então, em dez anos de Brasília, só três concursos. Hoje, nós temos aí concursos aos montes. Então, embalado com o concurso do Ministério Público, logo em seguida houve outro para a Magistratura, eu, como se diz, aproveitei a chance de já estar razoavelmente preparado, preparei-me mais um pouco e enfrentei o concurso da Magistratura. Foi um concurso sui generis. Primeiro que era o terceiro ou quarto, se não me engano, o quarto concurso para a Magistratura. Já em 1972, em doze anos de instalação da Justiça do Distrito Federal, era o quarto concurso. Eram pouquíssimos os juízes. Eu me lembro que eram quatorze, se não me engano, os juízes titulares e substitutos naquela época em que eu entrei. O concurso foi muito demorado, também. Demorado não é bem o termo, foi muito complicado porque fizeram uma situação curiosa: anteciparam a prova psicotécnica às provas de conhecimentos técnicos. E o Presidente, na época, o Desembargador Colombo de Souza, exigiu um psicotécnico muito rigoroso, traçou um perfil que ele entendia que seria o ideal para o Magistrado, isso gerou até medidas judiciais, porque houve muitas reclamações (nessa prova psicotécnica). Bom, de tudo isso resultaram dez candidatos às provas objetivas, às provas técnicas, às provas intelectuais, e, afinal, dois aprovados: o Pingret e eu.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Certamente, naquela época, a experiência de um juiz substituto era muito grande, porque tinha que cobrir várias áreas. Era, praticamente, “pau para toda obra”.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

É verdade. Éramos quatro ou seis juízes substitutos e estávamos em constante substituição, nós não trabalhávamos como auxiliares, trabalhávamos diretamente nas varas. Eu me lembro que houve um período em que fiquei acumulando a 1ª Vara Cível, que era também Vara de Registros Públicos, e a 1ª Vara de Fazenda – eram só duas de Fazenda. Eu fiquei quatro meses ali, acumulando as duas varas, porque os titulares, Eduardo e Cernicchiaro, estavam convocados para o Tribunal. Foi um período difícil na minha vida porque, para não adiar audiências, eu trabalhava até seis, sete horas da noite fazendo audiências, até mais tarde. E, quando deixei essa substituição, eu estava acumulado com mais de cem processos conclusos para sentença. Naquela época, era um número extraordinário, porque, hoje, cem processos conclusos para um juiz é café pequeno. Mas há de se considerar que naquela época não tínhamos auxiliares diretos, o juiz trabalhava sozinho, ele datilografava suas sentenças. Não tínhamos computador, evidentemente. Quer dizer, as ferramentas de trabalho eram mínimas, eram só a sua capacidade e a sua disposição para o trabalho.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Não tinha nem auxílio material, nem assessores também, porque, hoje, é comum um juiz retirar alguns funcionários do cartório, botar no gabinete, que ajudam a pesquisar jurisprudência, etc.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Exatamente. O juiz trabalhava sozinho. E mais grave: datilografava sua sentença. Eu não tinha um secretário no gabinete para datilografar a sentença. De maneira nenhuma.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

E ainda tinha que fazer casamento, não é?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Bom, esse é outro detalhe importante até e, muitas vezes, pitoresco. Era um encargo pesado, porque o juiz substituto, naquela época, era responsável pelo registro civil. O registro civil implicava fazer casamento, não tínhamos juízes de paz. Você era designado pelo Presidente para essa função, tinha obrigação de despachar todos os processos de habilitação, que eram volumosos, de todos os cartórios de registro civil da cidade, e ao mesmo tempo, ir às cidades-satélites para realizar os casamentos. Faziam-se casamentos, uma vez por semana, no Plano Piloto – havia uma sala própria para isso aqui no prédio do Tribunal de Justiça – e nos cartórios de registro civil das cidades-satélites: Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Brazlândia. Os de Brazlândia vinham para Taguatinga e os de Planaltina vinham para Sobradinho, mas você era obrigado a se deslocar para Sobradinho. Isso era feito no horário do expediente forense, muitas vezes você tinha que apressar uma audiência para sair em direção às cidades-satélites para fazer os casamentos.

Doutor Sebastião Rios Correa

Já pegou este prédio aqui ou começou no Bloco 6?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Não, eu comecei no Bloco 6, mas no princípio, porque nós assumimos em julho de 1972, ainda estávamos no Bloco 6. Ficamos lá até o princípio de 1973, quando foi inaugurado o prédio que agora acabou de ser revitalizado. A partir daí, então, nós trabalhamos aqui no foro.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Eu acho que outro objetivo desse Projeto Memória é mostrar às gerações futuras o que as pessoas fizeram para trazer a Justiça do Distrito Federal em Brasília ao nível que está hoje. Certamente não foi fácil. Houve muito empenho, muita luta, porque eu me lembro perfeitamente de que no Bloco 6 eram umas instalações acanhadas, porque lá era uma coisa provisória, mas não surgiu esse prédio aqui da noite para o dia não. Isso foi muita luta.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

O juiz não tinha um gabinete próprio para trabalhar no bloco 6 dos Ministérios. Era um andar só para a 1ª instância, e o juiz despachava na sala de audiência. Os servidores do Cartório levavam os processos para lá, o juiz fazia audiência e despachava o processo na mesa. Que eu me lembre, só a 1ª Vara Cível e acho que a Vara de Fazenda, que naquela época eram Varas de Fazenda de Competência Geral, porque ainda não havia Justiça Federal, julgavam casos fazendários com relação ao Distrito Federal e à União e suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista. Mas só que eram duas Varas de Fazenda, uma delas tinha gabinete, e a 1ª Vara Cível. As outras não tinham. As Varas Criminais não tinham gabinete.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Naquela época, Desembargador Luiz Cláudio, o Desembargador do Tribunal de Justiça substituíra no Tribunal Federal de Recursos também, o que também desfalcava mais aqui a justiça local.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Com certeza. Lembro-me de que algumas vezes vários desembargadores foram convocados, Desembargador Auler, Desembargador Macedo, Desembargador Darci Ribeiro, eles foram convocados várias vezes.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Isso tudo mostra que a carência de juízes na justiça do Distrito Federal não é uma novidade, muito ao contrário, já naquela época havia poucos juízes, não havia o número de causas que há hoje, mas havia um número crescente que continua crescendo e não se sabe onde vai parar.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

É verdade, o número de juízes é sempre inferior àquele desejável para as circunstâncias do momento. O crescimento demográfico de Brasília é extraordinário. Já naquela época era intenso.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É extraordinário, e o crescimento do número de juízes também é extraordinário, extraordinariamente pequeno.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

É isso aí. Nos tínhamos muitas dificuldades. Mas o tempo passou, fiquei poucos anos como juiz substituto, por que logo em seguida veio a possibilidade de promoção. Fiquei dois anos e pouco, não chegou a três anos minha passagem como juiz substituto. Passei por quase todas as varas, não fiz Júri e não estive no Juizado de Menores.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É um tipo de justiça diferente mesmo.

Doutor Sebastião Rios Correa

Parece que ele mostrou uma certa frustração por não ter feito Júri.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Pode ser uma frustração, não resta dúvida, porque realmente o juiz deve assim como o médico na clínica geral. Não foi bem meu caso, pelo menos com relação a esse aspecto. Fiquei muito na Vara de Família como substituto, isso sim, fiquei mais tempo na Vara de Família, e isso me rendeu um convite do Dr. Rios para lecionar na AEUDF. Fiquei muitos anos lecionando lá, mesmo após a saída dele.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Considero que o juiz substituto tem uma oportunidade única, porque exerce todos os tipos de jurisdição. Na verdade, é mais importante do que o juiz titular.

Doutor Sebastião Rios Correa

É um especialista.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

É um especialista. Mas isso é bom para a formação do juiz, porque ele, sendo de carreira, evidentemente vai chegar à titularidade, mais do que isso, ao Tribunal de Justiça. Levando essa bagagem, essa visão geral do funcionamento da justiça, das varas e jurisdições, com suas peculiaridades, isso pesa muito na sua formação e lhe dá mais segurança, mais tranquilidade nas decisões. O grande mal do juiz novo é essa insegurança. O juiz, às vezes, tem medo até de receber advogado, o Juiz Substituto, porque ele se sente ainda inexperiente naquele movimento todo de foro, nas artimanhas do Direito, porque o Direito é complexo. Saber lidar com o Direito é preciso ter, antes de mais nada, bom-senso. E o juiz muito jovem, o que tem acontecido agora, padece dessa, digamos assim – não chega a ser um defeito – deficiência mínima, que ele supera com o passar dos anos. Essa é que é a verdade.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador Luiz Cláudio Abreu, o senhor foi promovido para titular de que vara?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Fui promovido para a 4ª Vara Criminal, aliás, em substituição ao Dr. Rios, que tinha saído.

Doutor Sebastião Rios Correa

Naqueles dias, diga-se de passagem, o juiz só tinha possibilidade de ser titular em vara criminal, porque era a que vagava.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Naquela época eram duas varas cíveis e quatro criminais. Uma das criminais englobava o Tribunal do Júri e Execuções Criminais. Então, havia mais possibilidade

de vaga na vara criminal. Uma só de família e sucessões. Então, fui promovido para vara criminal, mas não era meu desejo ficar em vara criminal. Não me sentia muito à vontade como juiz criminal, não. Trabalhei ali, não tive maiores problemas, fiquei ali uns três anos, talvez.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Lembra algum caso mais famoso, de mais realce, mais expectativa na sociedade, que tenha passado em suas mãos?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Tive um caso que chamou um pouco atenção, foi até comentado, teve até repercussão social, porque mereceu comentários da imprensa, na época. Era um médico do Rio Grande do Sul, que tinha certo conceito na sociedade de lá e que foi preso aqui em Brasília na companhia de um menor, que estava também envolvido com drogas. Foi um processo complicado porque alguns médicos da associação médica me procuraram para dizer que havia certa pressão policial, que o caso não era bem aquele. Enfim, tentaram me mostrar que havia realmente uma certa perseguição em torno de um médico, que era bem conceituado. Mas, na verdade, o caso era um pouco delicado, porque era um médico que viajou com um garoto de família, um garoto de 15, 16 anos, e, a pretexto de curá-lo de um possível vício, no fundo, no fundo havia uma relação homossexual nessa história. Era um caso que tratei com certo cuidado.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Certamente foge do comum. Não é todo dia que se tem um médico como réu, e ainda um médico com certo conceito no meio social.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Foi delicado, mas acho que me saí bem. Foi condenado. Na época, tive também um problema mais delicado ainda, que envolvia uma questão interna do Tribunal, e, afinal de contas, o então Juiz Irajá Pimentel processou um advogado, Pedro Calmon, que o teria agredido em uma defesa oral no Tribunal. Uma história muito longa, não vem ao caso recordar, mas fiz o interrogatório desse advogado. Na época deu muita confusão, muita notícia na imprensa. Ele compareceu acompanhado de várias pessoas. Queriam confundir o juiz e torpedear a audiência. Adiei a audiência, mandei fechar o Cartório. Não tinha chegado ainda ao foro quando aconteceu isso tudo. Fui informado por telefone de que a situação não estava boa. Mandeí fechar o Cartório e a escritã, naquela época era escritã, entregar a chave do Cartório ao Corregedor, que depois eu o procuraria. Foi adiada a audiência. Depois a audiência transcorreu normalmente. Logo em seguida, fui removido da vara, pedi remoção e não julguei mais o caso.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Foi removido para que vara?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Fui removido para a 2ª Vara Cível. Aí me senti mais à vontade como juiz. Sempre tive a idéia na cabeça de que o juiz exerce sua jurisdição plena na vara cível, porque ali há uma gama de assuntos à sua disposição.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador Luiz Cláudio, não sei se é da sua época, mas me recordo de um fato que ocorreu na 2ª Vara Cível, de uma pessoa que era réu num processo de execução e que comeu o cheque que estava dentro dos autos. Lembra-se desse fato?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Ouvi falar disso. Não foi comigo não, não foi comigo. Realmente, tive essa notícia de que o cidadão, de repente engoliu o cheque, isso lá no Cartório. Ele tinha tirado...

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

A titular do Cartório era uma senhora, Miriam, e ela mesma me narrou este fato: que o cidadão pegou o processo para ler no balcão, e, de repente, aproximou muito o processo, e acabou comendo o cheque mesmo, que era a prova do título.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Nós trabalhávamos naquela época sem o mínimo de segurança. Os cartórios eram abertos, a porta do gabinete do Juiz dava para o corredor, e a gente trabalhava com porta aberta. As pessoas entravam no gabinete: é aqui que trabalha fulano? Quero saber do meu processo. Tínhamos que falar: na porta adiante, vai lá ao Cartório. Era um risco grande para a segurança do serviço forense. Mas, graças a Deus, fiquei cerca de sete anos na Vara Cível, e nesse período só tive um processo desaparecido. Só em um caso tive que fazer restauração de autos. Quer dizer, apesar dessa falta de segurança, estatisticamente, é desprezível, porque me lembro que só

tive um processo que reclamaram de ter desaparecido. Fiz a sindicância, a Corregedoria mandou abrir o inquérito, não se apurou autoria. O advogado acusava determinada pessoa do cartório, mas não se comprovou. Mas foi o único caso.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Eu me lembro de um caso em que o Cartório me comunicou que o processo havia desaparecido. Mandei que fizessem uma busca, e não acharam. Então, falei o seguinte: bem, já que não acharam, vou abrir uma sindicância. Mandei bater: prepara a Portaria, que vou assinar a Portaria hoje. A diretora da secretaria me pediu que lhe desse mais uma chance, porque era final de semana e eles iam procurar. Falei: tudo bem, segunda-feira eu assino. No final de semana acharam o processo. Eles alegavam o seguinte: que entravam alguns advogados dentro do Cartório; e o advogado não precisa levar o processo, não. Basta tirar de um escaninho e botar no outro, porque ele só é procurado naquele escaninho. O processo que está para intimação, o processo que está para publicação, enfim, ele só é procurado naquele lugar. Não acha ali, fala que não está no Cartório. Realmente acho que o Desembargador Luiz Cláudio agiu muito bem. Tem que abrir a sindicância. Sumiu, vamos ver o que aconteceu, não é verdade? Mas isso, até hoje, continua dando problema. E alguns processos que desaparecem são simplesmente restaurados sem que se apure a responsabilidade. A Justiça já padece de muitos problemas e tem que ser cada vez mais transparente, cada vez mais ética. Por isso é que temos hoje a Ouvidoria aqui, e todo mundo que tem alguma coisa para reclamar, para denunciar, para sugerir, para questionar, usa a Ouvidoria.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Fiquei na 2.a Vara Cível uns seis, quase sete anos, por aí, até ser promovido ao Tribunal. Passei pelo Juizado Eleitoral. Fui Juiz da 1.a Zona Eleitoral. Naquela época, não havia eleições, a nossa atividade limitava-se a fazer as inscrições eleitorais e emitir títulos. Depois, estive também no Tribunal Regional Eleitoral como Juiz. Foi tranqüila a minha passagem por essa fase de Juiz Titular na Vara Cível. A experiência foi muito boa, porque, quando cheguei ao Tribunal, também fui direto para a Turma Cível.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Foi promovido direto para uma Turma Cível?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Direto para uma Turma Cível. Deu vaga. Tive essa sorte.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Foi uma sorte, porque eu, por exemplo, fui promovido para Turma Criminal.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Fique sempre na Turma Cível. Tive uma carreira muito rápida, com menos de onze anos, dez anos e alguns meses, fui promovido. Uma carreira rapidíssima.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É muito raro, mas é que havia um número pequeno de Juízes.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Exato. Fui beneficiado com aquele aumento

que o Tribunal teve em número de seus componentes, Desembargadores, em 1980, de dez para quinze, um percentual elevado de aumento, cinquenta por cento. Foram cinco de uma vez. Em seguida ocorreram algumas aposentadorias e, no final de 1982, fui promovido.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

○ Desembargador gostaria de destacar algum processo mais relevante que tenha julgado como Substituto de Desembargador, no início dessa fase?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Essa é outra curiosidade da minha carreira. Não cheguei a ser Substituto de Desembargador. Na fase em que estive mais no topo da carreira, não havia convocação. Houve um período em que foi expressamente proibida a convocação. Houve muita confusão, muito desentendimento nos Tribunais Estaduais, sobretudo nos grandes Tribunais, Rio, São Paulo e Minas Gerais.

Doutor Sebastião Rios Correa

Foi só depois da Nova República que se admitiu substituição.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Agora estou recordando, acho que fui o primeiro, então, a ser Substituto. Foi em 1987.

Doutor Sebastião Rios Correa

Eu estava dirigindo o Departamento de Assuntos do Judiciário, quando foi encaminhado pelo Ministro Dantas um projeto para possibilitar essa substituição. Dei parecer favorável, porque acho que é importante esse período em que a pessoa pode ter essa oportunidade de entrar em contato com o Colegiado, porque é muito diferente o exercício da Magistratura de 1.o Grau e do 2.o Grau.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É bem diferente.

Doutor Sebastião Rios Correa

○ Juiz monocrático decide...

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Se bem que o início aqui, o início das atividades de um Substituto, é duro, é bem duro, é uma dureza, porque não se tem apoio. Hoje já há algum apoio, hoje já há uma seção de apoio ao Substituto, mas naquela época não tinha apoio nenhum.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Era totalmente despreparado. Mas, por outro lado, tinha uma facilidade: ele preparava o candidato a Desembargador. Já chegava aqui com alguma experiência. Cheguei aqui totalmente inexperiente de julgamento no Colegiado. Tem que fazer aquele aprendizado.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Tinha um assessor no seu gabinete?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Um assessor e duas secretárias. Não tínhamos computador ainda, então trabalhávamos na base do fichário. A jurisprudência anotada em fichinhas, recortadas do Diário Oficial. A gente fazia um índice, uma ementa em forma de índice, enfim, o trabalho era menor em quantidade, mas era redobrado para aquele que trabalhava só, praticamente. Eu dividia o trabalho com meu assessor.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O assessor é para isso mesmo. O que ele tem que fazer? Tem que fazer pesquisa de jurisprudência, de doutrina e preparar os casos mais graves. Desembargador Luiz Cláudio, nós sabemos que o colega exerceu a Presidência da Corte, que é uma experiência extraordinária que poucos têm. Aliás, se não fosse esse Projeto Memória, alguns colegas que exerceram a Presidência deixariam uma única lembrança, que é um retrato ali na galeria dos ex-presidentes. Acho esse Projeto muito importante, por isso é que vai mostrar aos que vierem no futuro o que foi feito, o que se contribuiu. Isso, certamente, vai servir de alicerce para que eles possam contribuir também. Então, eu gostaria que o colega falasse um pouco da sua experiência na presidência do Tribunal.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

A Presidência do Tribunal nunca foi uma meta por mim acalentada. Quando cheguei ao Tribunal, vi que estava bem longe dessa possibilidade, em termos de tempo a ser percorrido, até porque não pretendia ficar muito tempo na Magistratura. Sempre tive na cabeça a idéia de

que não é bom sair na compulsória. Meu projeto de vida profissional era aposentar-me antes da compulsória. Mas o tempo passou rapidamente e os fatos também ocorreram de maneira mais rápida ainda. Veja que a minha chegada à presidência foi antecipada de doze anos, coisa que quase nunca acontece. Os que estavam na minha frente que seriam presidenciáveis, de uma forma ou de outra, saíram do caminho: Waldir Meuren aposentou-se antes; Eduardo Ribeiro foi para o STJ; Mello Martins, infelizmente, nos deixou ainda no exercício da Magistratura; Dirceu de Faria se aposentou; Elmano Cavalcanti não foi presidente e logo em seguida se aposentou; Manoel Coelho foi eleito presidente, mas, infelizmente, faleceu no segundo mês de exercício; e eu, então, em substituição a ele, assumi a presidência. Fui eleito para completar o mandato. Ele ficou um mês e pouco, e eu assumi a partir de junho e completei os dois anos. Então, a minha chegada à presidência foi assim um pouco repentina. Não tive tempo de me preparar para o exercício do cargo, até mesmo em montar a equipe, etc. De certa forma, eu aproveitei a equipe montada pelo Coelho, que era boa. Tive, sim, no primeiro ano um problema seriíssimo condizente com recurso orçamentário. Estávamos no Governo Collor e houve uma restrição orçamentária terrível, cortes em gastos de consumo e investimentos. Enfim, nós só tínhamos dinheiro para pessoal. Isso se refletiu, Vossa Excelência deve se lembrar, pois estava na Magistratura naquela época, diretamente nos serviços judiciários. Tivemos até que suspender sessões do Tribunal do Júri porque não tínhamos como oferecer refeição aos jurados. Tivemos que cortar assinatura de Diário Oficial para o juiz. Enfim, contas de água, luz, telefone, tudo isso

sofreu atrasos. Tivemos cortes de algumas linhas telefônicas diretas porque estávamos atrasados. Foi um momento difícil, em que tentamos contornar a situação atuando diretamente junto ao Secretário do Tesouro, um cidadão que não entendia por que razão a Justiça do Distrito Federal integrava a Justiça da União.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Isso é muito comum.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Essa era uma tese já vencida há muito tempo, porque a Justiça do Distrito Federal é da União, não é do Distrito Federal. Mas ele não entendia isso, e discuti comigo umas duas vezes que fui lá tentando demovê-lo desta restrição de dinheiro. Nós estávamos em uma situação difícil e, ele achava que era um absurdo a União, na visão dele, ter que sustentar a Justiça do Distrito Federal. Isso foi num crescer terrível. Pedi um auxílio ao Ministro Sidney Sanches, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que se comprometeu a fazer gestões junto ao Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento. Não surtiram efeitos. Em suma, só depois que o Presidente Collor deixou o Governo, depois daquela crise de todos conhecida, em que assumiu então o presidente Itamar Franco, é que eu consegui alguma coisa por intermédio do Deputado Sigmaringa Seixas, que teve uma atuação destacada neste episódio junto ao então Ministro do Planejamento, que era o mineiro Paulo Haddad. Já em novembro daquele ano de 1992, nos libe-

rou uma quantia razoável de recursos orçamentários para colocarmos as dívidas em dia. Foi um ano de investimentos zero na Justiça do Distrito Federal. A obra do anexo 2 ficou paralisada e só conseguimos terminá-la quatro anos depois da gestão do Desembargador Carlos Augusto. Foi um atraso assim lastimável para a implantação de varas, instalação de varas, enfim, para dinamizar a Justiça, agilizar mais a prestação jurisdicional. Infelizmente, essas coisas acontecem. O ano seguinte já foi um ano mais calmo: as dotações orçamentárias ocorreram normalmente; terminamos o prédio da Ceilândia, que foi inaugurado na minha gestão; conseguimos dar continuidade as obras do edifício do anexo 2, da Justiça do Distrito Federal. Enfim, transcorreu normalmente esse período da presidência. Mas no primeiro ano foi realmente muito difícil, fiquei numa situação muito apertada.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É, Desembargador, mas se o Desembargador não tinha recursos financeiros, orçamentários, realmente não podia realizar grandes obras, nem mesmo realizações pessoais. Mas é bom que isso fique registrado para que as pessoas no futuro saibam as grandes dificuldades que já foram enfrentadas pelos presidentes desta Casa. Hoje o cidadão tem uma verba tranqüila para administrar e muitas vezes não sabe o que se passou por esse sacrifício.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

É verdade. Naquela época, liberar recursos perante os órgãos do Executivo Federal era muito difícil; hoje as coisas estão mais amenizadas.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

○ Desembargador gostaria de fazer destaque de algum fato relevante desse período?

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

Lembro-me de dois fatos que me parecem relevantes. O primeiro deles diz respeito à instalação do Serviço de Assistência Médica e Odontológica, o Pró-Saúde. Para os funcionários, magistrados e seus dependentes, essa realização foi de suma importância, porque hoje, passados cerca de 10 anos, nos temos um plano de Saúde dos melhores do Brasil. Um atendimento de maneira excelente para todos os associados. Por justiça devo lembrar que foi relator do processo na esfera administrativa, o Desembargador Minervino, que desenvolveu um excelente trabalho no sentido de colher dados, informações e subsídios em geral para a instalação desse plano de saúde.

Uma outra realização desse período foi o término e a inauguração do Fórum de Ceilândia. Após aquele período crítico por que passamos em termo de recursos financeiros, conseguimos no ano seguinte de 1993, uma parcela considerável de recursos com que foi possível terminar o Fórum de Ceilândia e preceder a sua inauguração. Por iniciativa nossa o Tribunal de Justiça fez consignar o prédio com o nome do Desembargador José Manoel Coelho, recentemente falecido àquela época, empregando seu nome àquele edifício.

Para a Justiça de um modo geral, eu me lembro também, naquele período, foi criado o Colégio de Presidentes dos Tribunais. Uma feliz iniciativa dos Presidentes dos Tribunais de Justiça de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, o Desembargador Odir e o Desembargador José Fernandes. Iniciativa essa que frutificou. Hoje, o colégio de Presidentes é uma realidade, atendente e atuando decisi-

vamente na defesa da instituição, que são os Tribunais de Justiça dos Estados e também do Distrito Federal. O colégio de Presidentes realmente produz efeitos interessantes e significativos em prol da instituição judiciária no Brasil.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

○ Desembargador gostaria de deixar alguma mensagem aos colegas mais novos e menos experientes, que certamente algum dia irão enfrentar também as dificuldades da Presidência? Eu já fui presidente e costumava dizer o seguinte: a cadeira da Presidência é muito honrosa, mas ela tem uns espinhos: você senta e começa a sentir os espinhos. É preciso pensar nisto: não é só honraria, não, ali tem uns espinhos.

Desembargador Luiz Cláudio Abreu

É verdade, Vossa Excelência falou o que realmente ocorre. Quero, antes de mais nada, congratular-me com a direção da Casa e mais especificamente com V. Ex.a por essa feliz iniciativa de tentar restaurar um pouco da memória do Tribunal. Nós brasileiros, de um modo geral, somos um povo esquecido, um povo desmemoriado; então, isso é muito importante porque realmente resgata para as gerações futuras o que se passou nesses anos pretéritos. Para os colegas que estão na carreira eu digo que administrar é difícil. Não foi na minha carreira o ponto mais alto. Foi sim, em termos de dignidade, de alcance, mas pessoalmente eu não me senti no ponto mais feliz da minha carreira. Eu prefiro a atividade judicante à atividade administrativa, porque na administração você encontra dificuldade no dia-a-dia, não há um auxiliar que traga uma notícia boa, é sempre um problema. Entrou um cidadão, um auxiliar no seu gabinete, ele já está trazendo um problema.

Afirmo o seguinte: num colegiado como o nosso o sucesso da administração está no entendimento. O Desembargador que preside a Casa não pode atuar só e exclusivamente em função da sua vontade e do seu entendimento; ele há de agir em conformidade com a vontade coletiva. Isso é fundamental para um bom relacionamento, que se reflete na sua administração. A partir daí, com esse entendimento, as coisas fluem mais suavemente.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Agrademos a contribuição de Vossa Excelência.

«fim»

DATA DA ENTREVISTA

31/08/2008

LOCAL

Brasília

ENTREVISTADO

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

ENTREVISTADORES

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves
Juiz de Direito Sebastião Rios

TRANSCRIÇÃO

Edson Couto – SERAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

DESEMBARGADOR
LUIZ CLÁUDIO DE
ALMEIDA ABREU

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

GPVP

Gabinete da Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT